SUMÁRIO

Nota prévia do Autor à 4ª edição 13
Nota prévia do Autor à 3ª edição 15

Capítulo I
INTRODUÇÃO E HISTÓRIA DO FORMALISMO PROCESSUAL

1. Introdução 17
   1.1. O objeto do trabalho 17
   1.2. O problema da forma na filosofia em geral e na filosofia do direito 23
2. Forma, formalidades e formalismo 25
   2.1. Considerações iniciais 25
   2.2. Forma em sentido estrito e formalidades 26
   2.3. Apreciação crítica da forma em sentido estrito e das formalidades 27
   2.4. O formalismo ou forma em sentido amplo 28
3. O desenvolvimento da tese 31
4. O desenvolvimento histórico do problema do formalismo 33
   4.1. Questão de método 33
   4.2. Formalismo simbólico e religioso 34
   4.3. Do formalismo religioso, passando pelo informalismo primitivo até os primórdios do formalismo exagerado 38
      4.3.1. O sistema das *legis actiones* 38
      4.3.2. O processo formulário 40
      4.3.3. O processo da *cognitio* 43
   4.4. O formalismo excessivo de corte racional 47
      4.4.1. O processo romano-canônico 47
      4.4.2. O processo comum alemão 52
      4.4.3. O processo comum luso-brasileiro 54
   4.5. Em busca de um formalismo de novo corte 58
      4.5.1. Considerações iniciais 58

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.5.2. A *Clementina Saepe* e o processo sumário 58
4.5.3. A reforma prussiana 62
4.5.4. O processo liberal 64
4.5.5. O processo liberal no Brasil 69
4.5.6. A reforma de Bellot 72
4.6. O formalismo moderno 73
4.6.1. Considerações iniciais 73
4.6.2. A revolução de Klein 75
4.6.3. A influência da reforma austríaca em outros ordenamentos 77
4.6.4. O formalismo moderno no Brasil 84

Capítulo II

OS FUNDAMENTOS DO FORMALISMO PROCESSUAL CIVIL

5. Introdução 87
6. Formalismo e poder estatal 87
7. Fatores culturais, formalismo e vertentes axiológicas do processo 92
8. Fatores externos do formalismo 98
8.1. Introdução 98
8.1.1. O valor justiça 99
8.1.2. O valor da segurança 100
8.1.3. O valor da paz social 107
8.1.4. O valor da efetividade 110
8.1.5. O balanceamento dos valores 115
9. Desenvolvimento histórico das principais normas estruturantes do formalismo 118
9.1. Considerações iniciais 118
9.2. Princípio dispositivo e consectários 119
9.3. Direito de defesa 121
9.4. A independência do juiz e o princípio do juiz natural 121
9.5. O princípio da publicidade 122
9.6. O princípio da submissão do juiz à lei 124
9.7. O princípio do livre convencimento do juiz 125
9.8. O princípio da motivação das decisões judiciais 125
9.9. Devido processo legal e princípios correlatos 127
9.10. Conclusões parciais 130
10. Ordem constitucional e formalismo 131
11. Acesso à jurisdição e formalismo 133
11.1. Considerações iniciais 133

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11.2. O sistema francês 135
11.3. O sistema alemão 136
11.4. O sistema italiano 138
11.5. O sistema inglês 140
11.6. O sistema norte-americano 143
11.7. O sistema brasileiro 143
11.8. A atuação do sistema brasileiro em face dos demais sistemas analisados 146
12. Outros aspectos importantes para o formalismo constantes da atual Constituição brasileira 148
13. Influências do sistema constitucional brasileiro sobre o processo civil e seu formalismo 150
14. Bases internas do formalismo 153
14.1. Considerações iniciais 153
14.2. O procedimento como espinha dorsal do formalismo 155
14.3. O fator temporal e o formalismo 157
14.4. O papel do contraditório no formalismo 158
15. Relativismo das bases internas do formalismo 159
15.1. Considerações iniciais 159
15.2. Princípio da adaptação do procedimento 160
15.3. Relatividade do contraditório 165
15.4. Relatividade do fator temporal 168
16. Forma em sentido estrito e formalismo 168
17. Técnica e formalismo 170
17.1. Conceito e alcance da técnica processual 170
17.2. As diversas conformações processuais decorrentes da aplicação da técnica 173
18. Justiça leiga e informal 178

Capítulo III

O FORMALISMO E OS SUJEITOS PROCESSUAIS

19. Considerações iniciais 183
20. O formalismo e o órgão judicial 184
20.1. O alcance do problema e as possíveis soluções 184
20.2. O juiz e as limitações do princípio da demanda 196
20.3. A investigação dos fatos da causa 202
20.4. A questão das chamadas provas atípicas 212
20.5. A valorização da prova pelo juiz 212
20.6. A valorização do material jurídico pelo juiz 222

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

21. O formalismo e as partes 226
21.1. Considerações iniciais 226
21.2. A preclusão como elemento do formalismo 227
21.3. A regra da eventualidade 229
21.4. O fato e o direito supervenientes 235
21.5. Os prazos fatais e peremptórios 241

Capítulo IV
FORMALISMO E JUSTIÇA

22. Colocação do problema 243
23. Formalismo, justiça e política judiciária 246
24. As situações problemáticas 251
25. Soluções do direito estrangeiro 253
25.1. A solução do direito suíço 254
25.2. A solução do direito argentino 256
25.3. A solução do direito alemão 257
26. A solução do problema no direito brasileiro 262
26.1. Considerações iniciais 262
26.2. O problema à luz do direito positivo 263
26.3. O problema e sua solução na perspectiva da forma em sentido estrito 264
26.4. Conclusão parcial 266
26.5. Solução das situações problemáticas, na perspectiva da forma em sentido amplo 266

Capítulo V
CONCLUSÕES

27 a 42. Conclusões gerais e específicas mais importantes 285

Bibliografia 295
"Abstract" 325
Índice onomástico 327

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br